

A EFICÁCIA DO DIREITO DE ACESSO À JUSTIÇA NOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS DE CURITIBA¹

Débora Werner²

Miris Thelma Tonin³

Néli Quadros⁴

Silvana Cristina Bittencourt⁵

RESUMO

Considerando que no Estado Democrático de Direito, para se valer de todos os direitos e garantias constitucionais, é fundamental o acesso à justiça, é que se elaborou o presente trabalho.

A Declaração dos Direitos do Homem estabelece que todo homem tem direito a receber dos Tribunais nacionais competentes, remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais, que lhe sejam reconhecidos pela Constituição ou pela lei.

Portanto, levando em consideração de que nada adianta a justiça se não for célere e acessível ao cidadão, é que se optou por analisar a Lei dos Juizados Especiais Cíveis. Um novo modelo de justiça acessível e desburocratizado. Uma justiça orientada por princípios que transformam o processo num instrumento eficiente na entrega da prestação jurisdicional, na realização dos direitos.

Palavras-chave: Acesso à Justiça. Direitos fundamentais. Eficácia. Juizados Especiais Cíveis.

1. INTRODUÇÃO

¹ Trabalho Interdisciplinar apresentado no ano de 2006, pelo 3º período noturno, turma B, na disciplina de Metodologia da Pesquisa Jurídica, ministrada pela Professora Regina Bley, com revisão final do Professor Jefferson Augusto de Paula.

² Acadêmica do Curso de Direito da Faculdade OPET

³ Acadêmica do Curso de Direito da Faculdade OPET

⁴ Acadêmica do Curso de Direito da Faculdade OPET

⁵ Acadêmica do Curso de Direito da Faculdade OPET

A Constituição Brasileira de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, constitui o marco jurídico da transição democrática e da institucionalização dos direitos humanos no Brasil. O texto de 1988, ao simbolizar a ruptura com o regime autoritário, empresta aos direitos e garantias, ênfase extraordinária, situando-se como o documento mais abrangente e pormenorizado sobre a matéria, na história constitucional do país.⁶

A dignidade da pessoa humana e os direitos fundamentais integram os princípios constitucionais que incorporam as exigências de justiça e dos valores éticos, conferindo suporte axiológico a todo o sistema jurídico brasileiro.

Partindo da premissa de que, no direito brasileiro, para se garantir os direitos fundamentais, sejam individuais, sociais ou coletivos, muitas vezes, se faz necessário recorrer ao Poder Judiciário, é que se elaborou o presente trabalho.

Para tal mister, procurou-se, primeiramente, conceituar a expressão “Acesso à Justiça”, seja no sentido formal como em seu sentido material.

Com a finalidade de se compreender o acesso à justiça nos dias atuais, se fez necessário apresentar uma breve síntese de sua evolução, tanto a nível mundial, como no Brasil.

Optou-se por dar um enfoque aos Juizados Especiais Cíveis, por tratar-se de uma forma de acesso à justiça diferenciada do modelo tradicional, em sintonia com os anseios do novo milênio, amparado pela Constituição Federal e ancorado no princípio da celeridade, de maneira a possibilitar o acesso à jurisdição com a instrumentalidade e a efetivação do processo.

Desta forma, se fez uma comparação entre a estrutura da lei que regula os Juizados Especiais Cíveis e os princípios norteadores do acesso à justiça, com o intuito de tentar analisar a eficácia destes Juizados, tanto no que refere a aplicabilidade da lei quanto na sua prática.

Para a realização deste trabalho utilizou-se da Hermenêutica, ciência que trata da técnica de interpretação, viabilizando a percepção do texto para entender seu significado. Neste sentido utilizou-se do método histórico para entender o diferente significado do acesso à justiça no decorrer do tempo, até os dias atuais. Também foi

⁶ LIPPMANN, Ernesto. **Os direitos fundamentais da Constituição de 1988**. LTR Editora LTDA, 1999, Introdução.

utilizado o método sistêmico, ao comparar os princípios e regras que guiam o acesso à justiça e as leis que instituem os Juizados Especiais Cíveis.

A teoria de Direitos Humanos foi a base deste trabalho, considerando ser o acesso à justiça direito fundamental e inerente ao homem, o qual irá garantir e proteger todos os outros direitos fundamentais.

A Constituição Federal de 1988 foi quem orientou o presente texto, pois, considerada a Lei Maior e servindo como elemento norteador para todas as outras normas infraconstitucionais, é ela quem institui e dá a condição de princípio fundamental ao direito de acesso à justiça.

Por derradeiro, a matéria de Direito Civil foi de grande valia para ajudar a elucidar alguns pontos da Lei 9.099/95 que instituiu os Juizados Especiais Cíveis.

Para tanto, utilizou-se de pesquisa bibliográfica em livros, artigos de lei, revistas especializadas e artigos de Internet. Além de terem sido realizadas algumas visitas informais ao Juizado Especial Cível de Curitiba.

2. ACESSO À JUSTIÇA: UM CONCEITO EM CONSTRUÇÃO

Por tratar de um tema de tão elevada importância e tão complexo, constata-se que não é uma tarefa simples a conceituação da expressão “acesso à justiça”.

Alexandre César cita que:

“(..) quando se fala em acesso à justiça, a imagem do senso comum que nos vem imediatamente a cabeça é a de acesso aos meandros dos Fóruns e dos Tribunais, aos processos, buscando assegurar direitos e exigir deveres; o acesso à tutela jurisdicional da função estatal competente, o Poder Judiciário... Acesso à justiça também é isto, porém, não é, de forma alguma, somente isto”.⁷

Por sua vez, Cândido Rangel Dinamarco entende que:

“(..) o acesso à Justiça é, mais do que o ingresso no processo e aos meios que ele oferece; e sim o modo de buscar efetivamente, na medida da razão de cada um, situações e bens da vida que por outro caminho não se poderia obter”.⁸

Sob um enfoque diferenciado, Leonardo Greco diz que:

⁷ CÉSAR, Alexandre. **Acesso à justiça e cidadania**. Cuiabá: Ed UFMT, 2002, p. 49.

⁸ DINAMARCO, Cândido Rangel. **Fundamentos do processo civil moderno**. 1ª Edição, São Paulo: RT, 1986. p. 283.

“(…) antes de assegurar o acesso à proteção judiciária dos direitos fundamentais, deve o Estado investir no cidadão diretamente, no gozo de seus direitos; ficando a proteção judiciária, através dos Tribunais, como instrumento sancionatório, no segundo plano, acionável apenas quando ocorrer alguma lesão ou ameaça a um desses direitos”.⁹

Para Mauro Cappelletti, considerado uma das maiores autoridades em acesso à justiça, enfatiza que a expressão acesso à justiça:

“(…) serve para determinar duas finalidades básicas do sistema jurídico – o sistema pelo qual as pessoas podem reivindicar seus direitos e/ou resolver seus litígios sob os auspícios do Estado. Primeiro, o sistema deve ser igualmente acessível a todos; segundo, ele deve produzir resultados que sejam individual e socialmente justos”.¹⁰

Partindo desta premissa, percebe-se que o direito de acesso à justiça é muito mais amplo do que o simples acesso ao Poder Judiciário. O acesso à justiça deve ser encarado como requisito fundamental – o mais básico dos direitos humanos – de um sistema jurídico moderno e igualitário que pretenda garantir, e não apenas proclamar, os direitos de todos.

Entretanto, no Estado Democrático de Direito, para que se tenha o direito de acesso à justiça, é necessário recorrer ao Poder Judiciário. Portanto, entende-se que este deva ser acessível e acolhedor aos anseios da população, além de garantir o devido processo legal para coibir qualquer lesão ou ameaça de lesão aos direitos dos cidadãos. Neste sentido, destaca-se o Juizado Especial Cível, órgão do Poder Judiciário, que busca a resolução de conflito como caminho para a concretização da promessa de efetivo acesso à justiça.

3. EVOLUÇÃO HISTÓRICA

O conteúdo do direito ao acesso à justiça variou no tempo, em função de uma série de elementos, de influência de natureza política, religiosa, sociológica e filosófica.

Dentre as primeiras normas escritas, encontram-se no Código de Hamurabi importantes garantias que, ao menos teoricamente, impediam a opressão do fraco

⁹ GRECO, Leonardo. **Acesso à Justiça no Brasil** – In: revista do Curso de Direito da Univale – Universidade do Vale do Rio Doce, nº 01, p. 70.

¹⁰ CAPPELLETTI, Mauro e GARTH, Bryant. **Acesso à justiça**. Porto Alegre: Fabris, 1988, p. 8.

pelo forte; além de incentivarem o homem oprimido a procurar a instância judicial para solucionar seus conflitos.¹¹

A Grécia Antiga é o berço das primeiras discussões filosóficas sobre o direito que vieram a influenciar várias correntes no decorrer da história. Importante ressaltar que é naquela época que começa a tomar forma a expressão hoje conhecida como isonomia, e cuja concepção, somadas a correntes filosóficas como a jusnaturalista, teria grande influência no futuro, no que concerne à questão dos direitos humanos.¹²

No período medieval predominou o Cristianismo, trazendo forte concepção religiosa ao direito, fazendo com que o homem justo fosse medido pela sua fé.

O período moderno foi influenciado por movimentos na busca de determinados direitos, lutando contra o poder exercido pelos reis. Culminando com a Revolução Francesa, esses movimentos mudaram o mundo. A revolução burguesa, com absoluta necessidade de limitar os poderes do Estado, traz a teoria da separação dos poderes e o princípio da legalidade, este com uma visão absolutamente individualista.

Cria-se um novo conceito de Estado Nacional, cuja identidade será resultado da Constituição, um documento que expressaria o “sentimento” e a homogeneidade de um grupo. Surge então uma questão paradoxal, ao mesmo tempo em que a Constituição do Estado assegura, ao menos formalmente, a igualdade entre os indivíduos, o que deveria, em tese, assegurar igual acesso à justiça, a realidade era

bastante diversa. Houve uma minimização no sentido de retirar o poder dos juízes, reduzindo a sua função a declarar o conteúdo da lei.

A partir da segunda metade do século XIX, e já no século XX, principalmente com a influência da filosofia marxista, volta à discussão do significado do acesso à justiça, enquanto proteção ao trabalhador. A nova ordem resgata a dimensão social do Estado, com mais intensidade no que concerne à ordem jurídica.

¹¹ LIMA, João Batista de Souza – **As mais antigas normas de Direito** – 2ª edição. Rio de Janeiro, Forense, 1983, p. 31-32.

¹² GILISSEN, John. **Introdução histórica ao Direito**. Trad. Port. Por Antonio Manuel Espanha e Manuel Macaísta Malheiros. 2ª edição, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995, p. 73.

O movimento agora é no sentido de que os direitos que proclamam a liberdade e igualdade, como a cidadania, a saúde, a educação, a informação, possam, na prática, ser alcançadas, e exigidos de quem está obrigado a fornecê-los.

Cresce de importância, neste momento, a concepção do significado de acesso à justiça. É preciso que ela sirva, e bem, a todos, desde aos mais carentes aos mais privilegiados; desde o indivíduo isoladamente considerado até o grupo e à coletividade.

3.1 EVOLUÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA NO BRASIL

A evolução do significado de acesso à justiça no Brasil foi, inicialmente, muito lenta. Passados mais de três séculos do descobrimento do Brasil, a legislação infraconstitucional ainda era basicamente formada pelas Ordenações Filipinas.

A noção de acesso à justiça como atividade caritativa, como favor prestado aos mais pobres, única e exclusivamente no campo da litigância, do processo, e em especial na área penal, foi a tônica dominante durante grande parte do século atual.

A partir da década de 80, começaram a tomar corpo movimentos sociais diversos, seja das classes dominadas, seja de outras matizes, caladas pela ditadura.

Inúmeras publicações científicas abordavam temas ligados aos direitos fundamentais e, em especial, o relativo ao acesso à justiça de forma igualitária e eficiente, na busca de um sistema jurídico mais atuante, moderno e participativo.

No ano de 1988, veio a lume a nova Constituição Brasileira, consagrando o âmbito dos direitos individuais e sociais, prevendo a criação de mecanismos adequados para garanti-los, especialmente no que se refere ao acesso à justiça.

4. A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E O ACESSO À JUSTIÇA

Já no início, ao instituir o Estado Democrático de Direito, o legislador pressupõe uma valorização da justiça, cometendo à jurisdição a tarefa de guardiã dos valores materiais positivados.

O direito de amplo acesso à Justiça, afirmado no inciso XXXV, artigo 5º, que lista os direitos e garantias individuais, prevê que "... a lei não excluirá da apreciação

do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direitos”, ou seja, todas as pessoas podem levar ao Poder Judiciário qualquer conflito em que se veja envolvida.

O alargamento do direito à assistência judiciária aos necessitados passa a ser integral (Art. 5º, LXXIV), compreendendo: informação, consultas, assistência judicial e extrajudicial. Mais adiante, no artigo 134, a Constituição diz que é a Defensoria Pública o órgão incumbido da orientação jurídica e da defesa judicial das pessoas pobres. Diz também que a União (o Governo Federal) organizará a Defensoria Pública da União e a do Distrito Federal e cada Estado organizará a sua.

A previsão para a criação de uma justiça de paz remunerada, composta de cidadãos eleitos, com mandato de quatro anos, com competência para o processo de habilitação e a celebração de casamentos, para atividades conciliatórias e outras previstas em lei. (Art. 98, II).

A criação de novos instrumentos destinados à defesa coletiva de direitos: mandado de segurança coletivo (art. 5º, LXX), o mandado de injunção (art. 5º, LXXI), bem como a outorga de legitimidade para os sindicatos (art. 8º, III) e para as atividades associativas (art. 5º, XXI) defenderem os interesses coletivos e homogêneos de seus filiados.

A reestruturação e fortalecimento do Ministério Público, como órgão essencial à função jurisdicional do Estado, conferindo-lhe atribuições para a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses coletivos e sociais (arts. 127, caput, e, 129); total independência funcional e administrativa. (Art. 127, §§ 2º e 3º).

A elevação da Defensoria Pública como instituição essencial à função jurisdicional do Estado, com incumbência à orientação jurídica e à defesa dos necessitados, devendo ser organizada em todos os Estados, no Distrito Federal, Territórios e, também, no âmbito da própria União. (Art. 134 e parágrafo único).

Na linha preconizada pela Carta de 1988, surgem no âmbito da defesa coletiva, as Leis: 7.853, de 24 de outubro de 1989, que disciplina a tutela jurisdicional de interesses “coletivos ou difusos” das pessoas portadoras de deficiências; 8.069, de 13 de julho de 1990, que trata do Estatuto da Criança e do Adolescente; 8.078, de 11 de setembro de 1990, que instituiu o Código do Consumidor.

A previsão para a criação de Juizados Especiais destinados ao julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e penais de menor potencial

ofensivo, com ênfase na informalidade do procedimento e a participação popular através do incentivo à conciliação, além da participação de juízes leigos. (Art. 98).

Surgem então, os Juizados Especiais Cíveis, para garantir o direito de acesso à justiça para as causas de menor complexidade, através da lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995. Através dos Juizados, parte dos obstáculos de acesso foi removida com a gratuidade processual em primeira instância; a facultatividade da assistência por advogado nas causas até vinte salários mínimos; a total remoção dos óbices processuais e a simplificação do procedimento; a introdução dos princípios da oralidade, simplicidade, informalidade, celeridade, visando à busca permanente da composição pacífica das controvérsias.

5. OS DIREITOS HUMANOS E O ACESSO À JUSTIÇA

O art. 10º da Declaração Universal dos Direitos do Homem, aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas, em 1948, como também o art. 14 do Pacto Internacional de Direitos Cíveis e Políticos, de 1966, reconhece o direito à justiça a todos, nos seguintes termos:

“Art. 10 – Toda pessoa tem direito, em plena igualdade, a que sua causa seja eqüitativa e publicamente julgada por um tribunal independente e imparcial que decida dos seus direitos e obrigações ou das razões de qualquer acusação em matéria penal que contra ela seja deduzida”.

A garantia de efetivo acesso à Justiça também constitui um Direito Humano, já que, indo além do simples acesso à tutela jurisdicional, não se limita ao mero acesso ao Poder Judiciário. Por conta disto é que José Alfredo de Oliveira Baracho afirma que “é primordial à efetividade dos direitos humanos, tanto na ordem jurídica interna como na internacional. O cidadão tem necessidade de meios próprios e adequados para que possa efetivar seus direitos”.¹³

Cumprido ressaltar que a história dos direitos humanos se confunde com a história das lutas de libertação do homem, através de sua mobilização coletiva na busca da superação de todas as formas de opressão. Porém, somente com o

¹³ BARACHO, José Alfredo de Oliveira. **Teoria Geral da Cidadania: a plenitude da cidadania e as garantias constitucionais e processuais**. São Paulo: Saraiva, 1995, p. 25.

surgimento das declarações de direitos, provenientes das revoluções burguesas, é que eles tomam a forma e o conteúdo sistemático que hoje possuem.¹⁴

Segundo Ingo Wolfgang Sarlet, “não há mais Estado que não tenha aderido a algum dos principais pactos internacionais sobre direitos humanos ou quem não tenha reconhecido ao menos um núcleo de direitos fundamentais no âmbito de suas constituições”.¹⁵

Os direitos fundamentais nascem e se desenvolvem com as Constituições nas quais foram reconhecidos e assegurados. Integram, portanto, ao lado da definição da forma de Estado, do sistema de governo e da organização do poder, a essência do Estado Constitucional, constituindo, neste sentido, não apenas parte da Constituição formal, mas também elemento nuclear da Constituição material.

Desta forma, entende-se que é direito fundamental do homem ter acesso à justiça. Por outro lado, de nada adianta a justiça se não for célere e eficaz. Por isso, percebe-se que a criação dos Juizados Especiais Cíveis marca o início de uma nova era na prestação jurisdicional. Um novo modelo de justiça acessível e desburocratizada, principalmente por privilegiar a conciliação como meio de solução da controvérsia.¹⁶

6. CONSIDERAÇÕES SOBRE A LEI DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS

Imperiosa a lição de Cappelletti e Garth ao discorrerem que “não adianta permitir-se às partes o acesso aos órgãos judiciais se não existirem mecanismos que tornem seus direitos exeqüíveis”.¹⁷

É neste contexto que, na busca da efetividade e do verdadeiro acesso à justiça, nasce a Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995, buscando o legislador, por meio da nova norma, criar mecanismos capazes de desafogar a justiça comum de seus infindáveis autos sem solução.

¹⁴ A proteção internacional dos direitos humanos e o Brasil – Workshop – de 7 a 8 de outubro de 1999. Auditório do STJ. Brasília, 2000.

¹⁵ SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos Direitos Fundamentais**. 6ª edição, Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006, p.25.

¹⁶ BACELLAR, Roberto Portugal. **Juizados Especiais – A Nova Mediação para Processual**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003, p. 4/8.

¹⁷ CAPPELLETTI, Mauro e GARTH, Bryant. **Acesso à justiça**. Porto Alegre: Fabris, 1988, p. 4.

Ao analisar a Lei 9.099/95, especificamente o capítulo segundo, que regulou os Juizados Especiais Cíveis, conclui-se que o legislador foi fiel às premissas que informam vários aspectos de uma justiça ágil, desburocratizada, desformalizada, e, principalmente, acessível a todos os cidadãos.

Ela promove a descentralização da justiça, priorizando a defesa individual de pessoas menos favorecidas, de forma gratuita, simples e rápida e, se necessário, com plena assistência judiciária, procurando assegurar a igualdade entre as partes e, assim, o exercício da cidadania. Incentiva a utilização de equivalentes jurisdicionais, bem como a participação popular na administração da justiça, democratizando-a. Enfim, assegura, no plano técnico a acessibilidade e a operosidade.¹⁸

7. COMPARAÇÃO ENTRE A ESTRUTURA DA LEI QUE REGULA OS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E OS PRINCÍPIOS QUE INFORMAM O ACESSO À JUSTIÇA

Há de se destacar que princípios não são meros acessórios interpretativos, mas normas “que consagram conquistas éticas da civilização e, por isso, estejam ou não previstos na lei, aplicam-se a todos os casos concretos”¹⁹, devendo ser utilizados mesmo quando em conflito com a regra positivada.

7.1 ACESSIBILIDADE

Pressupõe-se a existência de sujeitos de direito, capazes de estar em juízo, manejando adequadamente os instrumentos legais judiciais e extrajudiciais existentes, possibilitando, na prática, a efetivação dos direitos individuais e coletivos, que organizam uma determinada sociedade.

Compreende o direito à informação, a indicação das pessoas mais adequadas para a efetiva defesa de direitos, custos processuais, etc., além da adequada localização, de forma a propiciar o fácil acesso das pessoas que o procuram.²⁰

¹⁸ COSTA, Hélio Martins. **Lei dos Juizados Especiais Cíveis Anotada e sua Interpretação Jurisprudencial**. 3ª edição, Belo Horizonte: Del Rey, 2002, p. 8/16.

¹⁹ PORTANOVA, Rui. **Princípios do Processo Civil**. 2ª tiragem. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997, p.14.

²⁰ HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. **O acesso à justiça: para além do instituído**. Revista Brasileira de Ciências Criminais, nº 334, p. 24 a 30.

Assim, a Lei que instituiu os Juizados Especiais Cíveis procurou, na prática, garantir o **princípio da acessibilidade** através da regionalização da justiça, tornando-a mais próxima, menos misteriosa e mais humana.

Para Cristóvão de Souza Pimenta é necessário: “(...) frisar que a preocupação maior do legislador foi a de facilitar o acesso à justiça por aquela população menos abastada, no sentido de proporcionar uma prestação de tutela simples, sem burocracia, econômica e segura”.²¹

O artigo 12 da Lei 9.099/95 prevê a possibilidade da realização de atos processuais em horário noturno. Isto facilita que pessoas possam participar de audiências fora do horário de trabalho, para resolverem os seus problemas.²²

A legitimação de pessoas físicas maiores de 18 anos para comparecerem pessoalmente em juízo, sem a assistência de advogado, nas causas de valor até 20 salários mínimos (§ 2º do art. 8º e 9º, caput da Lei dos JEC).

A lei 9.099/95, em seu artigo 54, concede o benefício da justiça gratuita com isenção no pagamento das custas do processo, de taxas e demais despesas no primeiro grau de jurisdição. O artigo 56 da lei 9.099/95 trata da obrigatoriedade da implantação de serviços de assistência judiciária. Com isto, o legislador visa possibilitar ao jurisdicionado, não apenas o acesso à justiça, mas toda uma proteção que garanta o devido processo legal e, ainda, prestar serviços preventivos de assistência jurídica. A ausência de Defensoria Pública junto aos juizados inviabiliza sobremaneira os trabalhos forenses.²³

7.2 OPEROSIDADE

Significa que as pessoas que participam da atividade judicial ou extrajudicial, devem atuar da forma mais produtiva e laboriosa possível para assegurar o efetivo acesso à justiça. Envolvem a atuação ética dos operadores do direito, seja do juiz, do Ministério Público bem como dos advogados envolvidos no processo.

Considerando que o Poder Judiciário está sobrecarregado, em razão do número reduzido de juízes, o legislador criou duas novas funções de auxiliares da

²¹ PIMENTA, Cristóvão de Souza. **Juizados Especiais Cíveis – Doutrina, Jurisprudência e Legislação**. Belo Horizonte – Del Rey, 2002, p.2.

²² SILVA, Luiz Cláudio. **Os Juizados Especiais Cíveis na Doutrina e na prática Forense**. Rio de Janeiro, 1998, p. 12/15.

justiça: os conciliadores, recrutados dentre as pessoas do povo, e os juizes leigos, recrutados dentre os advogados.²⁴

O devido processo legal, nos Juizados Especiais Cíveis, tem duas fases distintas. Uma fase que se pode denominar de extrajudicial, a ser conduzida por conciliadores e árbitros; e outra judicial, a ser presidida pelo juiz togado, com o auxílio de juizes leigos.

Na fase extrajudicial, o conciliador propõe o acordo que, resultando aceito, é materializado por escrito (ato essencial) e submetido à apreciação do juiz togado, a quem caberá a verificação dos requisitos formais antes de sua homologação.

Mesmo com um procedimento concentrado, simples e informal, o legislador se preocupou com o comportamento ético das partes, quer no processo de conhecimento, ao permitir a condenação do litigante de má-fé em custas e honorários advocatícios (art. 55, caput), quer no processo de execução, prevendo também, o pagamento das custas (art. 55, parágrafo único, I, II e III). Importante consignar que o legislador, preocupado com o comportamento ético da parte vencida que não cumpre a obrigação a que fora condenada, cria uma nova hipótese de litigância de má-fé: “malícia do devedor na execução do julgado” (art. 52,V), não prevista na legislação processual.

O processo de execução, por quantia certa, de sentença transitada em julgado, poderá ser iniciado por solicitação verbal do interessado, no próprio Juizado, dispensada nova citação (art. 52, IV). Efetuada a penhora, o juiz poderá autorizar o devedor, o credor ou terceira pessoa idônea a tratar da alienação do bem, que será efetivada em juízo até a data fixada para a praça ou leilão (art. 52, VII).

O legislador procurou garantir a utilidade prática das sentenças condenatórias à obrigação de fazer ou não fazer, permitindo que o juiz, na fase da execução, comine multa diária para a hipótese de inadimplemento que, se ocorrer, poderá determinar, através do pedido do credor, o cumprimento da obrigação por terceiro (art. 52, VI), a elevação da multa, ou a transformação da execução em perdas e danos, hipótese na qual o juiz de imediato arbitrará, incluída, se for o caso, a multa, seguindo-se a execução por quantia certa (art. 52, V).

²³ Idem, p. 79.

²⁴ BACELLAR, Roberto Portugal. **Juizados Especiais – A Nova Mediação para Processual**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003, p. 18.

Destaca-se que no processo de execução não serão devidas custas, salvo as hipóteses de litigância de má-fé, improcedência de embargos do devedor ou tratar-se de execução de sentença que tenha sido objeto de recurso improvido do devedor (parágrafo único do art. 55, I, II e III).

7.3 DA UTILIDADE

É fundamental que o processo possa assegurar ao vencedor tudo aquilo que ele tem direito a receber; da forma mais rápida e proveitosa possível; com menor sacrifício para o vencido.²⁵

Salienta-se, oportunamente que, mesmo não positivado expressamente, o princípio do devido processo legal há sempre de ser observado, haja vista que “o processo deve cumprir seus escopos jurídicos, social e políticos, garantindo: pleno acesso ao judiciário, utilidade dos procedimentos e efetiva busca da justiça no caso concreto”.²⁶

A lei que regulou os Juizados Especiais Cíveis priorizou a rapidez como elemento para garantir a efetividade do processo. Para tanto, o legislador estabeleceu em seu artigo 2º, nas disposições gerais, como critérios orientadores dos procedimentos: a **oralidade**, a **simplicidade**, a **informalidade**, **economia processual** e **celeridade**.

O princípio da **oralidade** acompanha toda a tramitação do procedimento nos Juizados Especiais Cíveis, sendo a tônica que orienta a prática dos atos processuais. Desde a audiência de instrução e julgamento, assim como os depoimentos das testemunhas e das partes, são realizados de forma oral. Este princípio pressupõe também que a linguagem utilizada pelos “juizes especiais” seja compreensível e acessível às pessoas que buscam a solução de seus conflitos.

²⁵ FILARDI, Hugo. **Democracia e Processo – Breve reflexões sobre a influência do Estado Democrático de Direito na prestação da tutela jurisdicional**. Revista de Direito, Vol. 63, p. 41/50.

²⁶ PORTANOVA, Rui. **Princípios do Processo Civil**. 2ª tiragem. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997, p. 48.

Além de orientar que os juízes e as partes, de forma oral, busquem a solução pacífica das controvérsias.²⁷

A **simplicidade** se confunde um pouco com a informalidade. Orienta que o processo deve ser simples, sem a complexidade exigida nos processos comuns.

O princípio da **informalidade** orienta que os atos processuais devam ser mais informais possíveis. É necessário romper com o formalismo a fim de agilizar a prestação jurisdicional. Com base neste princípio, admite-se a propositura da reclamação de forma oral, através de termo lavrado pelo cartório; a presidência da audiência conciliatória por um conciliador; a presidência da audiência de instrução e julgamento por um juiz leigo; a atribuição da capacidade postulatória sem assistência de advogado, quando o valor da causa for igual ou inferior a vinte salários mínimos.

A dificuldade da população pobre às informações que possibilitam o conhecimento do direito, acrescida do valor das custas processuais do processo nos tribunais, acarreta barreiras intransponíveis para o acesso à justiça. Portanto, o princípio da **economia processual** foi adotado nos Juizados Especiais Cíveis, colocando a gratuidade processual como regra e, portanto, acessível, trazendo indiscutíveis benefícios para a sociedade.

O princípio da **celeridade** resulta da simplificação dos procedimentos, da repulsa ao formalismo exacerbado, da busca pela solução de litígios de forma pacífica.

Uma das grandes críticas que se faz ao Poder Judiciário diz respeito à sua morosidade. Já dizia Rui Barbosa que “justiça lenta não é justiça, mas uma injustiça qualificada”. A sociedade moderna exige processos mais ágeis, adequados a tutelar os direitos do jurisdicionado.

Porém a busca da celeridade deve vir acompanhada da indispensável segurança do devido processo legal, haja vista que “o processo deve cumprir seus escopos jurídicos, sociais e políticos, garantindo: pleno acesso ao judiciário, utilidade dos procedimentos e efetiva busca da justiça no caso concreto”.²⁸

²⁷ RODRIGUES, Horácio Wanderlei. **Acesso à Justiça no Direito Processual Brasileiro**. São Paulo: Acadêmica, 1994, p. 23 a 27.

²⁸ PORTANOVA, Rui. **Princípios do Processo Civil**. 2ª tiragem. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997, p.48.

É esta celeridade segura que o legislador procurou enfatizar com a criação dos Juizados Especiais Cíveis, utilizando-se da mediação como técnica para solução justa de controvérsias.

8. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O DIA-A-DIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS

Conforme pesquisa do IBGE divulgada pela revista Veja (de 16 de junho de 1999) 47,5% da população é formada por pessoas muito pobres, enquanto a classe média baixa monta a 26,9%. Assim, praticamente 74,4% da população brasileira vivem com grande dificuldade e apresenta pouco ou quase nenhum nível de instrução.²⁹

Pesquisas revelam que pelo menos 70% das pessoas que freqüentam os Juizados pertencem, às classes média e média alta, sendo muito pequena a presença daqueles considerados pobres ou muito pobres.³⁰

Outra constatação é a falta de um eficiente serviço de assistência judiciária em grande parte dos Juizados Cíveis. A grande maioria não possui defensores públicos permanentes, mas sim ocasionais. Sem falar no número reduzido de juízes, que sobrecarrega o Poder Judiciário.

Um dos maiores problemas dos Juizados ocorre justamente no atendimento inicial, pela falta de operadores do direito, fazendo com que os estagiários, ou até mesmo os serventuários, façam o atendimento sem a necessária orientação, colocando em risco, o desempenho desejado. Por outro lado, não é razoável que, além de todos os problemas já existentes, o cliente do Juizado tenha de aguardar, muitas vezes, horas para ser atendido.

Outra constatação é que o princípio da celeridade não está sendo cumprido, pois na maioria das vezes, os Juizados Especiais Cíveis seguem as longas pautas da justiça comum. Tal problema tenha gênese, talvez, no fato de não existir em regra magistrados destacados especificamente para tais funções, cumulando outras obrigações.

²⁹ VEJA, Revista 1602, de 16 de junho de 1999.

³⁰ MEINHERDT, Betina Pohl. **Funcionamento dos juizados: pesquisa de campo. Juizados de Pequenas Causas – doutrina e jurisprudência.** Porto Alegre, dezembro, 1991, nº 3, p. 15 a 23.

Também o princípio da oralidade, na prática, ainda não foi adotado. A realidade demonstra que as audiências ainda são registradas pelo método tradicional de registro datilógrafo, o que as mantém longas e enfadonhas.

Conclui-se que a desburocratização da Justiça Civil, através da criação dos Juizados Especiais Cíveis é de extrema importância para garantir o acesso à justiça, nos casos em que a lei permitir. Porém, na prática, ainda não atingiu a eficácia prevista pela Lei Federal 9.099/95.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dignidade da pessoa humana somente se torna real quando se assegura o seu exercício e, nessa perspectiva, repousa nas garantias efetivamente postas à disposição do indivíduo. A justiça seja através do Judiciário, ou por mecanismos não-oficiais (mediação, conciliação e arbitragem), é o espaço próprio para atender a essas necessidades.

Apesar do muito já realizado, objetivando estender o acesso à justiça a toda a sociedade, muitos obstáculos ainda resistem e muito há de ser feito no intuito de garantir o acesso a uma ordem jurídica justa e ao integral exercício da cidadania.

A partir da Constituição de 1988, aumentou a procura da proteção judicial, o que foi motivado pelos novos direitos consagrados e pela eficácia das normas sobre direitos fundamentais, bem como pela criação de novos meios de acesso ao Judiciário.

Mais de 8 (oito) milhões de causas tem ingressado nos juízos brasileiros anualmente, sem que o Poder Judiciário tenha se estruturado adequadamente para recepcioná-las.

A ordem jurídica do terceiro milênio deve ser capaz de responder satisfatoriamente, não apenas através da consolidação constitucional dos princípios fundamentais, mas por meio da afirmação prática desses direitos, aos brasileiros que ainda vivem abaixo da linha da pobreza.

O direito não pode furtar-se a este compromisso prático de celebração dos direitos humanos e fundamentais, essenciais a uma existência minimamente digna, ainda desconhecida por uma expressiva parte da população.

A previsão constitucional e a criação dos Juizados Especiais foi um grande avanço na tentativa de solucionar esta demanda de acesso à justiça. Porém, apesar da lei estar muito bem estruturada, ainda falta, na prática, a adequação e estrutura necessária para efetivá-la.

Abriam-se as portas da justiça, mas esqueceram de que era preciso, também, ampliar os instrumentos para atender a essa demanda.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

A proteção internacional dos direitos humanos e o Brasil – Workshop – de 7 a 8 de outubro de 1999 . Auditório do STJ. Brasília, 2000.

BACELLAR, Roberto Portugal. **Juizados Especiais – A Nova Mediação para Processual**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.

BARACHO, José Alfredo de Oliveira. **Teoria Geral da Cidadania: a plenitude da cidadania e as garantias constitucionais e processuais**. São Paulo: Saraiva, 1995.

CAPPELLETTI, Mauro e GARTH, Bryant. **Acesso à justiça**. Porto Alegre: Fabris, 1988.

CÉSAR, Alexandre. **Acesso à justiça e cidadania**. Cuiabá: Ed UFMT, 2002.

COSTA, Hélio Martins. **Lei dos Juizados Especiais Cíveis Anotada e sua Interpretação Jurisprudencial**. 3ª edição, Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Fundamentos do processo civil moderno**. 1ª Edição, São Paulo: RT, 1986.

FILARDI, Hugo. **Democracia e Processo – Breves reflexões sobre a influência do Estado Democrático de Direito na prestação da tutela jurisdicional**. Revista de Direito, Vol. 63.

- GILISSEN, John. **Introdução histórica ao Direito**. Trad. Port. Por Antonio Manuel Espanha e Manuel Macaísta Malheiros. 2ª edição, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.
- GRECO, Leonardo. **Acesso à Justiça no Brasil** – In: revista do Curso de Direito da Univale – Universidade do Vale do Rio Doce, nº 01.
- HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. **O acesso à justiça: para além do instituído**. Revista Brasileira de Ciências Criminais, nº 334 .
- LIMA, João Batista de Souza – **As mais antigas normas de Direito** – 2ª edição. Rio de Janeiro, Forense, 1983.
- LIPPMANN, Ernesto. **Os direitos fundamentais da Constituição de 1988**. LTR Editora LTDA, 1999.
- MEINHERDT, Betina Pohl. **Funcionamento dos juizados: pesquisa de campo. Juizados de Pequenas Causas – doutrina e jurisprudência**. Porto Alegre, dezembro, 1991, nº 3.
- PIMENTA, Cristóvão de Souza. **Juizados Especiais Cíveis – Doutrina, Jurisprudência e Legislação**. Belo Horizonte – Del Rey, 2002.
- PORTANOVA, Rui. **Princípios do Processo Civil**. 2ª tiragem. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.
- RODRIGUES, Horácio Wanderlei. **Acesso à Justiça no Direito Processual Brasileiro**. São Paulo: Acadêmica, 1994.
- SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos Direitos Fundamentais**. 6ª edição, Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.
- SILVA, Luiz Cláudio. **Os Juizados Especiais Cíveis na Doutrina e na prática Forense**. Rio de Janeiro, 1998.
- Veja, edição 1602, ano 32, nº 24, de 16 de junho de 1999.